



Estado do Rio de Janeiro
Município de Engenheiro Paulo de Frontin
Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

PROJETO DE LEI Nº 013 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

**Câmara Municipal de
Engº Paulo de Frontin**

Protocolo nº 2154 de 24/02/25

Livro nº 06 Fls 89/90

Ass. [Assinatura]

"Dispõe sobre a distribuição de protetores solares contra radiação UV aos servidores públicos e aos terceirizados que desempenhem funções ao ar livre expostos ao sol no âmbito da Prefeitura de Engenheiro Paulo de Frontin."

A Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin, através do Vereador que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma Regimental, após votação no Plenário, aprova a presente Lei:

Art. 1º - Torna-se obrigatória a distribuição de protetor solar, pela Prefeitura de Engenheiro Paulo de Frontin, aos servidores públicos municipais, e aos terceirizados que estão a serviço desta Prefeitura, que realizam suas atividades expostos à radiação solar.

Parágrafo único. Os protetores solares cosméticos a serem distribuídos devem estar de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e precisam ter Fator de Proteção Solar - FPS igual ou superior a 50.

Art. 2º - As empresas públicas, as concessionárias de serviço público, as Autarquias e as fundações localizadas no âmbito da Prefeitura de Engenheiro Paulo de Frontin também deverão equipar os servidores públicos e os terceirizados que exerçam atividades ao ar livre e em exposição aos raios ultravioleta, com os protetores solares, em acordo com o parágrafo único do artigo anterior.

Art. 3º - A presente Lei será regulamentada pelo Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação.

Art. 4º - A Prefeitura de Engenheiro Paulo de Frontin deverá realizar campanhas de conscientização sobre a importância da proteção solar para os servidores públicos e terceirizados.

Art. 5º - A Prefeitura de Engenheiro Paulo de Frontin deverá fornecer orientação e treinamento aos servidores públicos e terceirizados sobre o uso correto dos protetores solares.

Art. 6º - A Prefeitura de Engenheiro Paulo de Frontin deverá realizar fiscalização regular para garantir que os servidores públicos e terceirizados estejam utilizando os protetores solares de acordo com as normas estabelecidas.

Art. 7º - Os servidores públicos e terceirizados que não utilizarem os protetores solares de acordo com as normas estabelecidas estarão sujeitos a sanções administrativas.

Art. 8º - A Prefeitura de Engenheiro Paulo de Frontin deverá manter registros atualizados sobre a distribuição e uso dos protetores solares, bem como sobre as campanhas de conscientização e treinamento realizadas.

Art. 9º - As despesas decorrentes de execução desta lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias do município, poderão ser abertos créditos suplementares se necessário.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Engenheiro Paulo de Frontin
Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

Art. 10º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, no entanto a implementação de política pública que importe em renúncia de receita, esta deve respeitar os princípios tributários da anualidade e noventa, onde terão efeitos no exercício financeiro seguinte de sua publicação.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Vereadores,


A **exposição prolongada ao sol pode causar danos graves à saúde**, incluindo o desenvolvimento de câncer de pele, cataratas e outras doenças. Além disso, a radiação UV também pode causar danos ao meio ambiente e à infraestrutura urbana.

Diante disso, é fundamental que os servidores públicos e terceirizados que trabalham ao ar livre estejam protegidos contra os efeitos nocivos da radiação UV. A distribuição de protetores solares é uma medida simples e eficaz para reduzir os riscos associados à exposição ao sol.

Além disso, a realização de campanhas de conscientização e treinamento sobre a importância da proteção solar também é fundamental para garantir que os servidores públicos e terceirizados estejam cientes dos riscos e saibam como se proteger.

Portanto, a presente Lei visa garantir a proteção dos servidores públicos e terceirizados que trabalham ao ar livre, promovendo a saúde e a segurança no trabalho.

Engenheiro Paulo de Frontin - RJ, 24 de fevereiro de 2025.


GABRIEL DA SILVA LOURENÇO
Vereador Autor